

UM CAPITAL POLÍTICO MULTIPLICADO NO TRABALHO GENEALÓGICO¹

Leticia Bicalho Canêdo

RESUMO

Utilizando arquivos privados e entrevistas como suporte da discussão, este artigo analisa uma genealogia, publicada em 1970, que retrata, seletivamente, uma longa história de famílias de Minas Gerais que controlaram recursos políticos ligados aos postos da administração do Estado, desde o Império, passando pela República e por ditaduras, até os anos 1960. Examinando as formas escolhidas pelo autor para construir a genealogia - em especial a escolha de uma mulher (e não de um casal) para a origem de uma família que agrupa pessoas dispersas em muitas linhagens masculinas, e que não poderiam ser ligadas de outra forma - e, ao mesmo tempo, estudando minuciosamente as alianças matrimoniais cumulativas, o estudo dessa genealogia dá uma visão do que permitiu a estas famílias, durante mais de cento e cinquenta anos, disputar com sucesso num campo de forças tão instável como a política. Dessa maneira, o artigo vai além do estudo genealógico propriamente dito, permitindo compreender o que assegura a determinados grupos a força necessária para agir, com êxito, nas transformações do espaço político.

PALAVRAS-CHAVE

Genealogia como instrumento político. Alianças matrimoniais. Famílias de políticos. Controle de recursos políticos. Acumulação de capital político e social. Produção simbólica.

ABSTRACT

Using private archives and interviews to give support to the discussion, this paper analyses a genealogy book, published in 1970, which presents the account of kinship of several families from the State of Minas Gerais whose members participated actively in politics and government administration from the independence of Brazil up until the 1960s. By examining the choices of the author on building the genealogy - in particular the choice of a woman as the origin of the family in order to embrace many male lines that wouldn't be connected otherwise - and studying the cumulative marriage alliances, the review of this genealogy helps to unfold this family history, over more than 150 years, observing what enabled all those different lineages to act successfully on a power field as instable as this of politics. Thereby, the paper goes beyond the mere genealogical review, by allowing the reader to understand what ensures certain groups the necessary strength to succeed despite the transformations of the political space.

KEYWORDS

Genealogy. Marriage alliances. Political family. Command of political resources. Accumulation of political and social capital. Political means.

1 Introdução

Biografias, entrevistas e crônicas literárias são algumas das fontes comumente utilizadas pelos historiadores para funcionar como princípio de avaliação do poder da elite política mineira durante o Império (1822-1889) e, em especial, sob a República: seis presidentes da República, numerosos ministros (entre os das pastas mais importantes), oito vice-presidentes da República, uma forte representação nas principais comissões de finanças e de justiça no Congresso Nacional, e as principais funções em todos os ministérios. Desde o início da Nova República, nos anos 1980, a formação política de três presidentes sobre cinco foi realizada em Minas Gerais.

No Segundo Seminário de Estudos Mineiros, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1956, numa provocativa conferência intitulada Famílias Governamentais de Minas Gerais, Cid Rebelo Horta mostrou os laços dessa elite atados numa rede de 27 famílias controlando a política do Estado, do nível local ao nacional. O autor, que também se entrosou nas famílias matrizes que o texto fixou, viu seu texto passar a figurar como texto clássico, muito citado em estudos de ciências sociais, mas raramente solicitada nos trabalhos dos cientistas políticos. O texto foi retomado em 1990 por Frances Hagopian na sua tese sobre política tradicional e mudança de regime no Brasil contemporâneo (HAGOPIAN, 1996). Ela mostra os membros dessas famílias nos postos mais elevados da administração durante o governo militar de 1964-1982 e também influenciando a transição negociada para a demo-

cracia, o que lhes assegurou a manutenção de posições proeminentes no pós-autoritarismo permitindo-lhes manter o controle clientelístico, seu mais importante recurso político.

Estas informações não têm a intenção de relançar debates sobre o arcaísmo ou a modernidade política, ligados à uma concepção convencional da modernização em política e sim dar uma visão das estratégias de acumulação do capital social e político das famílias de Minas Gerais que controlam o recursos políticos no nível de Minas e no do Estado Federal. O artigo traz elementos capazes de ajudar a pensar as formas como este poder se expande no trabalho genealógico que, paradoxalmente, suprime, corta e se apoia nas mulheres, sujeito e objeto dessas dinastias políticas, na expressão usada por Michel Offerlé para apresentar a primeira versão deste artigo (1998, p. 2).

Uma observação do antigo deputado mineiro Eugênio Klein Dutra me orientou para esta fonte de pesquisa. Face à minhas dificuldades para apreender a natureza dos mandatos eletivos dos mineiros, ele me disse: “O político mineiro não escreve nunca. Os arquivos da política mineira se encontram na memória”. (DUTRA, 1986). Contrariamente a esta afirmação, descobri que os políticos mineiros escreveram as suas memórias, que se encontram escondidas nos meandros da genealogia. Na genealogia escolhida para estudo, os modelos de casamentos aí desenhados ordenam uma visão do mundo. A regularidade nas escolhas dos cônjuges, e também da atividade profissional, indica, na prática, uma lógica que garante a permanência de uma

1. Este artigo é uma versão retrabalhada do artigo publicado na revista *Genèses*, Paris, Belin, n° 31, junho 1998, p. 4-28. A pesquisa foi, inicialmente, financiada pelo CNPq, nos anos 1990, e o artigo se tornou possível com o apoio da FAPESP.

ordem política baseada sobre o poder da burocracia do Estado. Isto porque se trata de uma genealogia na qual muitas das pessoas aí registradas são conhecidas por suas atividades na função pública.² Duas outras fontes foram igualmente utilizadas nesta pesquisa: as entrevistas e documentos de arquivos familiares.³

Alguns fatos contribuíram mais de perto para a escolha da genealogia construída pelo advogado Waldemar Alves Pequeno como objeto de estudo:

- Os políticos aí inscritos pertencem todos a uma das 27 famílias governamentais citadas por Cid Rebelo Horta;

- Esta linhagem retoma os três elementos sublinhados por Francês Hago-pian como essenciais para a ascensão da elite mineira no centro político: raízes oligárquicas, a vocação para a função pública e a competência técnica de seus membros;

- A genealogia foi publicada por uma editora oficial do Estado de Minas Gerais e não por uma editora privada;

- Ela apresenta na conclusão uma síntese

biográfica de personalidades escolhidas pelo genealogista;

- A data da publicação do livro (1970) coincide com um dos períodos de decadência vivido por este grupo familiar no seu sucesso político. O fato de a família ter tido interesse em publicar esta genealogia, foi tomado como hipótese de ela ter sido utilizada como uma arma na luta pela perenidade política de um grupo familiar que exerce poder político desde a independência do Brasil.

A primeira parte do artigo sublinha, com base em dados históricos, o jogo dos interesses familiares ligados aos postos da administração do Estado, desde o Império até a República. Por meio de um estudo das alianças matrimoniais cumulativas, demonstro o que permitiu a este grupo, durante mais de cento e cinquenta anos, jogar com sucesso num campo de forças tão instável como a política.

A segunda parte é dedicada à construção genealógica como instrumento político, examinando a forma escolhida pelo autor para marcar a solidez do poder político e social da família à qual ele próprio pertence.⁴ Mais do que um instrumento construído

2. Raízes Mineiras e Cearenses (PEQUENO, 1970). O trabalho sobre a genealogia consistiu numa transposição de dados sobre fichas individuais. Os dados foram completados interrogando pessoas aí registradas. Foram catalogadas 1692 pessoas, 1036 estudos em diferentes níveis, 575 profissões, 266 postos na carreira política. A partir daí foram relacionados 3 espaços sociais: o espaço familiar, (onde as estratégias de educação e de casamento são colocadas em prática), o espaço escolar (onde são preparados os portadores do saber necessário aos diferentes momentos do processo social) e o espaço das agências governamentais, com os postos e as posições de poder aí estabelecidas.

3. As entrevistas foram realizadas com pessoas inscritas na genealogia. Duas delas são políticos, 13 são altos técnicos da administração do Estado (um deles era no momento da entrevista presidente do Clube de Engenharia, uma organização nacional). Com o testemunho de 15 mulheres da linhagem, foi possível aceder a um bom número de documentos familiares, como cartas e folhetos celebrando seus parentes. Os arquivos de um ramo dessa família encontram-se na Fundação Henrique Hastenreiter, em Muriaé, MG. Foram recolhidos também testemunhos de outros políticos que aparecem em livros escritos por jornalistas e historiadores, tais como: Pio Soares Canêdo (ver ASSEMBLÉIA, 1966), Tancredo Neves: a trajetória de um liberal (ver SILVA; DELGADO, 1985), Artes da Política-Diálogo com Amaral Peixoto (ver CAMARGO et al, 1986), Uma vida para a história (ver VAZ, 1966).

4. W. Alves Pequeno (1892-1988) era filho de um médico diplomado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, mas originário do Crato, no Ceará. A ideia de escrever tal obra, como ele próprio diz no primeiro capítulo, lhe veio após a leitura de um artigo intitulado "Famílias ilustres de Barbacena", publicado no Jornal do Commercio, do Rio

para celebrar políticos, a presença da editora reafirma os laços da família do genealogista com as atividades do serviço do Estado.

Dessa maneira, o interesse do estudo realizado a partir da genealogia está na avaliação dos recursos de um grupo político em momentos de reestruturação política.

2 O tempo na genealogia: família e poder político

Uma genealogia se apresenta ao sócio-historiador sob um duplo aspecto. De um lado, como os arquivos históricos, ela está organizada de forma cronológica. Dessa maneira, reúne e ordena informações sobre nascimento, morte, casamentos etc., os quais, interpretados, servem de base às análises históricas, sociológicas e políticas. De outro lado, ela contém toda uma dimensão simbólica, resultado de uma maneira própria de conceber o real. Ela dá uma identidade à família, estabelecendo uma origem que rompe com tudo que a precedeu. O traçado regular, cronológico e cumulativo da trajetória familiar garante a continuidade e a coesão da família. A genealogia encerra e modela as práticas individuais e coletivas do presente, mas as mostra como que fazendo parte de um quadro herdado que se projeta num futuro: ela torna presente o passado, pensando-os num futuro imutável. Por estas razões, o sócio-historiador não pode trabalhar sobre as informações brutas, tais como elas foram organizadas pelo genealogista, sob pena de

tornar-se prisioneiro de evidências.

Para dar conta desse duplo aspecto, a genealogia em estudo foi utilizada como fonte de dados históricos, e principalmente, analisada como uma categoria da prática política, ou melhor, como um instrumento de uso social e político.

É nesses termos que percebemos Alves Pequeno reconstituir a descendência de sua trisavó, Balbina Honória Severina Augusta Carneiro Leão (1797-1874), “até nossos dias”. Desde a introdução de sua obra, o genealogista nos faz entrever o duplo aspecto mencionado acima. Em primeiro lugar, a coesão das gerações é feita a partir de uma mulher, e não de um casal. É a trisavó que dá início a uma descendência em que, segundo as próprias palavras do genealogista, se encontram personagens masculinos “da mais alta extração social e política”. Ela é apresentada como irmã mais velha do marquês do Paraná, célebre estadista brasileiro, responsável pela formação do Gabinete da Conciliação (1853-1857) e pela reforma eleitoral que, em 1855, dividiu as províncias em distritos eleitorais (círculos), cada uma elegendo um deputado.

Ora, na sociedade ocidental, a descendência está assentada no poder masculino que se afirma por meio da patrilinearidade. Só o pai transmite o nome. Em consequência, a descendência da trisavó Balbina está registrada na genealogia sob os nomes mais diferentes. Na página de rosto da publicação se lêem todos os nomes reconhecidos pelo

de Janeiro, no final dos anos 40. O autor do artigo era o então senador Nestor Massena. Alves Pequeno após notar incorreções à propósito da descendência de sua trisavó Balbina Honória, decidiu corrigi-las, acrescentando novos dados e incluindo sínteses biográficas de alguns parentes “que tiveram grande importância na vida social, política e cultural do país”. O objetivo era “salvaguardar o prestígio de famílias saídas de um mesmo tronco”.

5. A raridade de nomes não portugueses na genealogia está de acordo com a realidade de Minas Gerais que relega ao imigrante somente as atividades econômicas. Barbosa (1960, p. 235) observa a dificuldade da elite política mineira em absorver os elementos estrangeiros. O grande memorialista Pedro Nava faz também observações interessantes sobre casamentos realizados fora de Minas Gerais. Ver, em especial, Galo das Trevas (1987).

autor: famílias Carneiro Leão, Canêdo, Oliveira Penna, Oliveira Diniz, Moreira Penna, Almeida Magalhães... Aí, a questão da coesão interna do grupo torna-se mais clara, porque o genealogista, sem ser explícito, atribuiu a uma mulher, irmã de um homem célebre, a primazia dos laços de parentesco a fim de garantir uma identidade familiar a grupos nomeados diferentemente a partir de uma linhagem masculina. É exatamente a esta identidade familiar que o autor faz referência em sua introdução:

[...] compreende essa descendência, efetivamente, personagens da mais alta expressão social e política: chefes de Estado, ministros, secretários, senadores, advogados, médicos, banqueiros, escritores, professores, militares, comerciantes, industriais, agricultores, jornalistas, sacerdotes etc. (PEQUENO, 1970, p.13).

Apesar do caráter atemporal, e de aparência ilusória, esta citação, pela forma como as experiências profissionais foram organizadas, permite concretizar os valores que orientaram a conduta da descendência. O serviço do Estado e a representação política

vêm em primeiro lugar. Em seguida, vêm as profissões. As atividades de produção e a religião são relegadas ao fim. As atividades preferenciais enumeradas não dão, pois, primazia ao sucesso econômico, indicando, ao contrário, a valorização de um tipo de ajustamento às exigências do campo político.

Entretanto, banqueiros e industriais não foram encontrados na descendência registrada. Os banqueiros citados por Alves Pequeno eram homens que ocuparam postos elevados nos bancos do Estado. Da mesma forma, o conjunto de advogados e médicos não se distinguiu por seu papel de profissionais liberais, e sim pelo gosto que demonstraram pelo serviço público. Entre as 575 ocupações identificadas na genealogia, 327 (56,9%) estavam ligadas à função pública. Pode-se igualmente observar que os deputados e os senadores desta família ocuparam também os postos de responsabilidade na administração do Estado onde a competência técnica era exigida.

Mas até que ponto a construção dos laços dentro deste grupo familiar foi elaborado tendo em vista a função pública?

Quadro 1
 Perfil profissional da descendência de Balbina Honória

Profissão	<1890		1890-1930		1931-1945		1946-1964		1964-1970*		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Altos funcionários	20	55,6	43	76,8	50	67,6	90	62,9	124	46,6	327	56,9
Profissionais Liberais	4	11,1	6	10,7	13	17,6	35	24,5	71	26,7	129	22,4
Grandes empresários	1	2,8	1	1,8	4	5,4	2	1,4	4	1,5	12	2,1
Pequenos/médios empresários	-	-	-	-	1	1,4	3	2,1	14	5,3	18	3,1
Executivos da iniciativa privada	-	-	3	5,4	3	4,1	11	7,7	46	17,3	63	11,0
Proprietários de terra	3	8,3	3	5,4	3	4,1	2	1,4	7	2,6	18	5,1
Cargos honoríficos	8	22,2	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1,4

A genealogia foi lançada em 1970.

2.1 A organização do poder político na sociedade mineira durante a primeira metade do século XIX

O casamento de Balbina Honória com Manoel da Silva Canêdo, analisado de acordo com os dados selecionados pelo genealogista, não é desprovido de sentido. Aconteceu em Barbacena, no ano de 1814, às vésperas da elevação da colônia brasileira à categoria de Reino Unido a Portugal e a Algarves, durante o processo de independência.

Barbacena situa-se na montanha da Mantiqueira e o desenvolvimento do seu povoamento foi rápido no século XVIII, pois era etapa obrigatória na ligação comercial da região das minas de ouro com o Rio de Janeiro, então capital da colônia. No início do século XIX, Barbacena era uma importante cidade comercial.

O casamento de Balbina, diante das transformações vividas pela sociedade com o fim da glória do ouro, revela dois aspectos. De um lado, o interesse da família por formar alianças com portugueses brancos capazes de alargar as redes de amizade e as relações com as associações de comerciantes.⁵ De outro, uma luta para manter laços burocráticos nos espaços urbanos após a decadência do ouro e o início do movimento para a zona rural.

Balbina vinha de uma família de grandes comerciantes. Seu tio, Brás Carneiro Leão, era proprietário de uma empresa de exportação, no Rio de Janeiro. Era por intermédio desta empresa que seu pai abastecia a região das minas (MASSENA, 1985). Junto a outros comerciantes portugueses,

ele estava imbricado numa rede de parentesco e trocas informais de extensão internacional (KUZNESOF, 1988; LINHARES, 1979; NEVES, 2011). O marido de Balbina era conselheiro municipal em Barbacena, e português de nascimento.

A aliança de Balbina com um influente local rompeu com a regularidade dos casamentos endogâmicos do lado Carneiro Leão e colocou esta família de comerciantes na via do poder político. Esta via não era difícil para este conselheiro municipal. Filho de um capitão português, ele aprendeu cedo a ser obedecido sem discussão.⁶

Para compreender o significado do casamento da filha de um comerciante internacional com o filho de um homem detentor de um título da Coroa portuguesa, é preciso ter em conta o fato de que a sociedade mineira, com atividade econômica baseada na exploração do ouro de aluvião, produziu uma camada social dominante mais instável do que, por exemplo, aquela dos senhores do açúcar. A produção do açúcar no nordeste brasileiro permitiu a emergência de uma espécie de nobreza baseada na propriedade da terra. Em Minas, o “enobrecimento” dependeu diretamente dos laços com a burocracia do Estado português (HOLLANDA, 1960, p. 18).

Em Minas Gerais, a urbanização e a burocratização são anteriores à “ruralização”. Ao mesmo tempo em que um importante contingente populacional e um crescimento urbano sem precedente redesenhavam o espaço das minas, a Coroa portuguesa foi criando dispositivos administrativos para controlar a região mais rica do Império Colonial.

6. Os capitães eram escolhidos pelo governador português a partir de uma lista de três nomes; apresentados pela câmara de sua jurisdição. Eles eram designados tendo em vista “sua nobreza e riqueza” e deviam ser obedecidos sem discussão (ver KUZNESOF, p. 41). Este título era outorgado desde 1766, junto ao de nobreza, como via de acesso ao poder local (ver PEREGALLI, 1986).

O efeito para os comerciantes foi a perda da autonomia; o comércio se fazia pelos centros administrativos, as mercadorias eram transportadas de Portugal ao Rio de Janeiro por barcos controlados e escolhidos pela administração portuguesa. Por este fato, uma parte da burocracia tinha o sentimento de pertencer a um grupo influente politicamente, conforme bem estudou Schwartzman (1982 p. 27).

Um dos resultados imediatos do tipo de investimento social e político feito pela família dos grandes comerciantes Carneiro Leão com o casamento de Balbina foi a inserção política precoce do irmão mais novo, Honório Hermeto, na Corte brasileira. Ele havia feito seus estudos de direito em Coimbra, o que lhe permitiu atingir, com a idade de 25 anos, o mais alto cargo da magistratura brasileira, o de desembargador. Poucos anos mais tarde, recebeu os títulos de visconde e depois marquês de Paraná, já na carreira política. Foi senador, ministro da Justiça, presidente das províncias do Rio de Janeiro e da de Pernambuco até, finalmente, exercer a presidência do Conselho de Ministros, coroada pelo sucesso da sua política no Gabinete da Conciliação (1853-1855). Ajuntou-se a isso o título de comendador do Império acordado, em 1853, a Manoel Canêdo, o marido de Balbina. Dois filhos de Balbina foram gratificados com o mesmo título, assim como o seu genro.

Com a penúria do ouro, a partir dos anos 1780, a “ida para a roça”, as *Gerais*, ficou presa à ideia de decadência, de queda so-

cial, associada ao enfraquecimento dos contatos nos meios urbanos, as *Minas*. Desenvolveu-se no meio rural o sentimento de ausência de influência e, portanto, de poder.⁷ A terra existia em quantidade e era de acesso fácil (VIOTTI, 1979, p. 127). O poder político, ao contrário, exigia um investimento muito mais custoso, dada a concorrência no seio da Corte portuguesa. Os proprietários de terras de Minas Gerais reverenciavam esta classe de burocratas. Eles reconheciam nela a mesma importância social que os funcionários públicos se atribuíam (BLASENHEIN, 1982, p. 82).

2.2 O progresso dos membros da família na burocracia do Império

A fim de defender seus privilégios, os agentes da burocracia central, após a independência (1822), acentuaram a concepção do bem público, reorganizando a proteção dos interesses do Estado contra os titulares dos postos locais monopolizados pelos proprietários de terra. Em 1841, uma interpretação dada à Lei do Código Criminal centralizou o Império nas mãos do Ministro da Justiça. Na expressão célebre de um deputado liberal, Tavares Bastos, o ministro da Justiça passou a comandar “um exército de funcionários hierárquicos, desde o presidente da província até o inspetor de quartelão” (BASTOS, 1937, p. 159).

Essa lei, da qual um dos redatores foi o marquês de Paraná, irmão de Balbina, criou uma magistratura profissional dependente

7. A nova configuração histórica de Minas Gerais (de urbana para rural) só se mostrou claramente no início do século XIX. Não se tratava de uma economia agrícola de *plantation*, pois não estava orientada para exportação. O isolamento frente ao mercado externo, a diversificação e a auto-suficiência eram suas principais características. Foi pela presença desses traços que a temática da decadência ganhou terreno. Para um estudo, não da decadência econômica, que parece não ter havido em Minas Gerais, mas da decadência existente no imaginário mineiro, ver Arruda (1989). Sobre a economia de Minas no século XIX, Martins (1984), na sua tese com sugestivo título *Growing in Silence*, Vanderbilt University, Nashville.

do governo central, por meio do poder de nomeação. Os descendentes de Balbina tiveram um enorme proveito dela, seguindo a carreira clássica dos diplomados em direito: juiz municipal, procurador geral, juiz em primeira instância, desembargador. Muito desses diplomados entraram na magistratura ao mesmo tempo em que ocupavam postos de representação (deputado, senador). Nesses últimos postos, sua formação profissional os levava a participar da elaboração das leis do Estado. O fato foi observado com espanto pelo conde de Strater Ponthos, um financista belga: “No Brasil, os representantes da Nação são ao mesmo tempo aqueles do Estado, e os fiscais do governo são os seus próprios funcionários”. (HOLLANDA, 1960, p. 83).

Os arquivos de Antônio Augusto da Silva Canêdo, neto de Balbina, permitem compreender o espanto desse visitante, porque eles esclarecem dois aspectos, aparentemente contraditórios, da maneira como se tentou centralizar o Império: disciplinar o poder local por meio do Ministério da Justiça e ao mesmo tempo utilizá-lo em favor da centralização, por meio de um recrutamento fiel que seguia os laços de parentesco e de amizade. Neste arquivo encontram-se os rascunhos de várias sentenças que ele, como juiz na Zona da Mata proferiu para apaziguar brigas de família dos senhores locais, na década de 60 do século XIX. Encontram-se aí também as cartas do Ministro da Justiça pedindo informações sobre pessoas a nomear, bem como o rascunho as respostas:

São Paulo do Muriaé, 11 de março de 1872

Tive a honra de receber a prezada carta confidencial que V. Excia. me dirigiu pedindo-me a indicação dos nomes dos cidadãos que

eu julgasse idôneos para ocupar os cargos de Substitutos dos Juizes Municipais dos Termos desta comarca. Satisfazendo a V. Excia, envio as relações juntas porque, além da [incompreensível] a Termo desta Comarca, compreende também o Termo de Barbacena e o de Rio Novo, por cujas nomeações eu me interesso. Quanto aos Termos dessa comarca V. Excia. está lembrada de que solicitei em muitas cartas que V. Excia. aguardasse a minha proposta, pois eu me empenhava pelas nomeações de alguns de meus amigos. Agora, enviando os nomes dos que proponho, não só peço a V. Excia. que escolha dentre eles os que tem de nomear, como também peço com a maior insistência que em caso nenhum nomeie para qualquer cargo dos lugares o Português naturalizado X. A nomeação dele importaria em desonra para mim e me causaria profundo desgosto (...). Sou filho de Barbacena, tendo ali família e propriedade e muito me interesso pelo [incompreensível] daquele lugar. Por isso também me empenho com V. Excia. pelas nomeações daquele Termo. Os primeiros propostos são meus parentes (...)⁸

Tal influência só se tornou possível graças aos laços matrimoniais da família com pessoas bem implantadas no comércio. Antônio Augusto casou-se com uma prima Carneiro Leão e sua testemunha de casamento foi o marquês de Paraná. Sua irmã, a filha mais velha de Balbina, casou-se com um rico comerciante de Barbacena - João Fernandes de Oliveira Penna - quatro vezes deputado provincial e chefe do partido Liberal da região. Seus dois outros irmãos, diplomados em direito, casaram-se com suas próprias sobrinhas, filhas de João Fernandes e sua irmã.

8. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, São José 17/11/1850, 5º, 201v. Agradeço a Paulo Carneiro da Cunha as indicações para este documento.

Antonio Augusto, além de magistrado, foi também deputado à Assembleia Geral do Império pelo Partido Conservador.

A filiação deste grupo familiar aos dois partidos políticos existentes, Liberal e Conservador, o manteve no poder durante todo o Império.

Os casamentos no meio de comerciantes prósperos permitiram às novas gerações a ascensão às custosas escolas de elite que

preparavam para a função pública. O quadro 2 mostra a monopolização dos postos públicos, que asseguraram a certos descendentes de Balbina uma participação nos três níveis do governo: o executivo, o legislativo e o judiciário. Para compreendê-lo, é preciso não esquecer que os períodos 1931 -1945 e 1964-1982, foram períodos de governo autoritário, em que as eleições foram raras.

Quadro 2
Perfil da carreira política da descendência de Balbina Honória

	<1890	1890-1930	1931-1945	1946-1964	1964-1970*	Total
POSTOS ELETIVOS	10	14	3	13	9	49
Prefeitos e vereadores	2	4	1	6	3	16
Senadores e deputados	7	8	1	7	5	28
Governadores e vices	1	1	1	0	1	4
CARGOS EXECUTIVOS	5	15	29	40	78	166
Cargos técnicos diversos no Estado	2	0	11	28	43	84
Segurança pública	0	1	1	2	0	4
Sec. de Estado, Chefe de gabinete	0	6	4	2	3	15
Interventor municipal e estadual	0	0	7	0	0	7
Dirigente de corp. profissional	0	2	0	1	5	8
Ministro, Chefe de gabinete	2	3	1	0	7	13
Dirigentes técnicos do Estado	0	3	5	7	20	35
OUTROS CARGOS	4	8	8	17	14	51
Juristas	4	7	8	12	8	39
Cargos culturais (reitor, editor...)	0	1	0	5	6	12
TOTAL	18	73	40	70	101	266

2.3 Os casamentos fora da descendência e seu impacto político durante o período republicano

Na segunda metade do século XIX, o alargamento da rede de instituições e de postos políticos deu nascimento à necessidade de entender a rede familiar, a fim de atender objetivos políticos (KUZNESOF,1988). Tal fato pôde ser comprovado quando foram con-

frontados os tipos de casamento realizados pela descendência de Balbina, após a terceira geração, com os realizados em outras famílias, como a dos grandes proprietários de terra, que são depositários de capitais e interesses econômicos. Estabelecida a comparação entre as alianças familiares, as estratégias de casamento, reconstruídas a partir do estudo desta genealogia, foram interpretadas como trunfos. Trunfos a serem utilizados no jo-

go da política, isto é, no enfrentamento dos imprevistos.

Nas famílias de proprietários de terra, tanto no Brasil como em outros países, a persistência de casamentos consanguíneos se explica pelo interesse da família em manter o seu patrimônio de terras (POURCHER, 1987). É o caso da família Junqueira (BRIOSCHI, 1984), uma dos maiores proprietários de terra de Minas Gerais que, no início do século XIX, seguindo os rios, alargou o cumprimento de suas propriedades para além dos limites de Minas com esses casamentos consanguíneos. Na segunda metade do século XIX, uma parte dos Junqueira já tinha atingido São Paulo, outra parte caminhou em direção à Zona da Mata de Minas. Entretanto, nenhum membro da família Junqueira conseguiu alargar o poder político fora desses territórios.

A família de Balbina Honória não seguiu o caminho dos rios. Ela acompanhou a rota dos postos políticos, a rota conduzindo ao Rio de Janeiro. A diferença fundamental entre as duas famílias está no fato de que, para uma, a terra tinha valor de investimento econômico, enquanto que a outra a via somente como instrumento para atingir os principais postos do Estado. Na genealogia em estudo, não existe menção a terras, o inverso acontecendo nas genealogias estudadas por Brioschi, onde a base do poder aparece fundado na filiação à terra.

Duas estratégias matrimoniais se distinguem na descendência organizada por Alves Pequeno durante a primeira República (1889-1930): 1) alianças múltiplas entre grupos preferenciais; 2) alianças opostas.

As alianças múltiplas são os casamentos entre dois ou três irmãos de uma família com duas ou três irmãs de outra família. Mostra o interesse dos membros do grupo em se fechar neles mesmos como se organizassem uma no-

va família. A terceira geração desta genealogia conta com 20% de casamentos consanguíneos fora da descendência. Na quarta, este número decresce para 14%.

Os agrupamentos familiares que realizaram este tipo de casamento são aqueles que puderam preservar o poder no nível federal. Neste conjunto de alianças múltiplas, que são mais raros, pode-se enumerar um presidente da República, um governador de Estado, ministros, deputados federais, assessores de gabinetes ministeriais, deputados estaduais, um presidente do Banco do Brasil, entre outros postos públicos.

As alianças opostas são uma prática de casamento que se tornou regular a partir da Primeira República, isto é, a partir da descentralização política. Os filhos diplomados se casam com filhas de proprietários de terra, sobretudo de café, enquanto as filhas são destinadas ao casamento com políticos ou com funcionários bem colocados na hierarquia.

Nenhuma das seis filhas de Balbina Honória casou com proprietário de terra. Ao contrário, a crônica familiar celebra o casamento de uma delas, Balbina Augusta, com o Dr. Joaquim Bento de Oliveira. Na verdade, ela se casou com um membro de uma família influente de Barbacena, diplomado em direito e deputado geral na Assembleia nacional do Império, e também sabidamente tuberculoso. Ele morreu desta doença enquanto ocupava o posto de presidente da província do Paraná. “Ser doutor com um anel no dedo era melhor do que ser santo”, disse a respeito D. Maria Isabel Novaes, sobrinha da viúva Balbina Augusta.

O fato de dar suas filhas a funcionários bem colocados na hierarquia, ou a políticos de carreira, exprime o interesse da família na monopolização das funções de representação política, jurídica. Por meio deste ar-

ranjo matrimonial elas podiam, entretanto, trazer para a linhagem talentos masculinos pertencentes a uma elite hábil, presa ao corpo dos dirigentes do Estado.

De outro lado, casar seus filhos bacharéis com filhas de proprietários de terra era uma maneira de garantir a base política da família no lugar onde ela havia fixado a sua zona eleitoral.

A primeira lei eleitoral republicana (Lei 35 de 25 de janeiro de 1892) favoreceu este fenômeno ao dividir os estados da federação em distritos para eleger seus deputados, à semelhança do que havia tentado o marquês de Paraná, nos anos 1855. O voto, no nível dos distritos, deveria quebrar a estrutura monolítica das grandes formações políticas do Império e fortificar as facções republicanas. Para tal, a lei excluiu a intervenção das autoridades judiciárias no processo de qualificação eleitoral e manteve a interdição do voto ao analfabeto. Na prática eleitoral, isto significou que a força da comunidade local poderia, por pressão sobre as autoridades da comissão municipal encarregada da qualificação, alargar as exclusões, ou mudar seu sentido, melhor dizendo, aumentar ou diminuir o número de eleitores. A preocupação dos políticos voltou-se, assim, para o recrutamento de eleitores interessados em votar, numa sociedade onde 80% dos eleitores potenciais, os analfabetos, estava excluída desse direito. Esta situação abriu caminho a um sistema de inscrição eleitoral controlado por agentes “oficiosos” que redigiam e assinavam demandas de inscrições para os analfabetos. Para justificar esta inscrição, um deputado de Minas Gerais escreveu:

Nos distritos muito disseminados, ninguém quer ser qualificado, ninguém se importa com a qualificação. Ora, o político interessado na qualificação terá que dirigir-se à casa de todos os eleitores a pedir a assinatura para

requerimentos; mas a maior parte fará os requerimentos, assinará e não de ser reconhecidas as firmas. É melhor que a junta qualifique as pessoas que reconhecer estarem nas circunstâncias do que deixar-se esta brecha para a fraude (RESENDE, 1982, p. 89)

A descentralização das instituições republicanas exigiu, assim, uma presença direta dos membros da família em estudo na esfera municipal de poderes, mas sem modificações no modelo das relações entre os políticos desta família e o espaço social que eles representavam: somente alguns parentes habitavam a região eleitoral e eles próprios continuaram uma carreira profissional na capital do Estado ou da Federação, fato que Martins Filho (2009) e Wirth (1977) já haviam assinalado.

Políticos nacionais no Império atingiram os mais altos cargos nacionais republicanos. Sobreviveram ao sistema de partidos regionais da República e foram agentes ativos na montagem de uma estrutura de dominação oligárquica. Neste sistema de dominação, o fato chave na defesa dos interesses de Minas na esfera federal foi a unificação do grupo de deputados mineiros no Congresso Nacional (RESENDE, 1982, p.166). Sob este prisma, eles foram todos aliados, contribuindo ao sucesso da “política dos governadores” idealizada pelo presidente da República Campos Sales, cujo funcionamento pode ser compreendido com a ajuda do esquema utilizado por Francisco Iglesias:

O presidente da República estabelece acordos com os presidentes dos estados, de modo a obter o total apoio de todos os seus atos: os presidentes dos estados apoiariam o da República, bem como levariam os senadores e deputados obedientes às suas ordens. Em troca desse apoio, que garantia ao governo livre ação, o presidente da Repú-

blica apoiava toda a política dos estado, o que significava sobretudo a nomeação dos funcionários em cada local feita por indicação dos chefes regionais: Justiça, polícia, escola e mais atividades eram assim escolhidas de gente de confiança absoluta do presidente do estado. Este por sua vez, compunha-se com os chefes municipais, usando o mesmo artifício; apoio irrestrito em troca de apoio, ou melhor, de favores. [...] chegasse assim à forma ideal de conciliação dos estabelecidos no poder, um acordo baseado não em programas ou ideias, mas em contínuismo: uma transação, um negócio (IGLÉSIAS, 1993, p. 208).

Corolário normal da política dos governadores é o coronelismo, o sistema político nacional baseado nas negociações entre o governador e os coronéis, isto é, os chefes municipais, seja proprietários de terra, sejam influentes locais.

Deste ponto de vista, os casamentos analisados a partir da genealogia tornam claras as estratégias que tornaram possível a adaptação dos políticos desta família aos desafios suscitados pelo sistema, que estava baseado na troca de favores, ou ainda, no compromisso.

De um total de 68 casamentos das bisnetas presentes na genealogia, somente 3, das 32 mulheres, casaram-se com filhos de proprietários de terra. Por outro lado, 12 dos 24 homens casaram-se com filhas de fazendeiros. Mas é preciso sublinhar que quando houve interesse para a consolidação do poder em regiões específicas (os Canêdo em Muriaé, os Moreira Pena em Santa Bárbara), aumenta a porcentagem de homens casados com filhas de coronéis (70%).

Os influentes locais detinham as funções de administração da municipalidade, a gestão local das relações clientelísticas e a ins-

crição nas listas eleitorais. Em troca, eles dependiam da mediação dos políticos da capital para abrir as portas dos cofres da Federação. Sem esta intermediação, ficariam sem recursos para as obras públicas e para os empréstimos necessários às plantações sempre em crise (MARTINS FILHO, 2009). É preciso também pensar nas vantagens pessoais que o sistema coronelístico trazia para o poder local, porque o controle dos postos públicos tem um sentido que vai além do sentido político. Um coletor de impostos podia, por exemplo, por uma ação, ou por uma ausência de ação, atingir diretamente as margens de interesse de um coronel. Da mesma maneira, a nomeação de uma determinada professora primária importava na preservação de valores indispensáveis à sustentação do sistema (CARVALHO, 1977).

O casamento dos filhos do ramo Canêdo com as filhas de proprietários de café da Zona da Mata esclarecem as estratégias de alianças opostas. Do lado maternal, os Canêdo criaram laços com os titulares de postos municipais, os influentes locais, os proprietários de terra. Pelo lado paternal, ao contrário, eles mantiveram, por intermédio dos casamentos da ascendência feminina com políticos ou altos funcionários estatais, o seu lugar na administração central do Estado, com um controle estrito nas regiões eleitorais. O trecho da entrevista abaixo, realizada com representante político da região da Zona da Mata, mostra bem este aspecto quando o entrevistado explica o início da sua carreira:

Em Muriaé eu tinha os dois lados. Do lado de minha mãe, havia o coronel Chico Pereira e o coronel Chico Theodoro [...]. O coronel Chico Theodoro era filho do Coronel Francisco Theodoro, pai de minha mãe, chefe político dessa região [...]. Digamos que eu comecei minha vida política sob a proteção dos coronéis [...]. Havia [do lado paternal] meu tio Agenor, de-

putado estadual até 1930 e amigo íntimo do presidente Antonio Carlos e que se elegeu deputado tendo Muriaé por base eleitoral. Meu pai participava da política local e teve aí uma influência política. Ele era primo em primeiro grau de Afonso Pena Jr. (CANÊDO, 1986a).

O comentário do irmão deste político explica melhor as vantagens em ter “os dois lados”, o lado paternal, ligado ao poder central, e o maternal, ligado ao poder local:

Ah! Papai não deixou por menos. Quando eles [os opositores] quiseram impedir a posse do Chico Pereira [na prefeitura], papai telefonou imediatamente ao Dornelles, parente do Getúlio, casado com nossa prima. Como Dornelles era chefe de polícia do estado, o Chico Pereira tomou posse (CANÊDO, 1988).

É importante insistir que as alianças descritas aqui só foram possíveis porque foram assumidas por pessoas que estavam dispostas a elas, pessoas que tinham interesse em assumi-las em razão de investimentos familiares anteriores. No caso dos proprietários de terra, por exemplo, tudo indica que, ocupados em gerir uma produção ameaçada por crises seguidas, eles imaginavam ser possível reencontrar a glória efêmera dos antigos tempos do ouro por meio do casamento de suas filhas com políticos pertencentes a famílias unidas em torno de valores que elas próprias se davam, a partir do lugar adquirido junto ao poder do Estado.

Diferentemente dos senhores de terra paulistas, os mineiros assumiam o ar de não se preocuparem com o dinheiro, sendo mesmo capazes de jogar todo o lucro adquirido no ano precedente: “Isso os mantinha numa dependência sistemática em relação ao aparelho de crédito do Estado” (BLASENHEIM, p. 48). O deputado da re-

gião, casado com a filha de um desses fazendeiros, servia de intermediário junto ao Banco do Brasil, a partir de uma rede familiar de empregados nos diversos órgãos públicos. Ainda que a genealogia não registre postos inferiores, foi possível identificar, a partir dos anos 1910, com a ajuda de entrevistas, 16 coletores de impostos, dois funcionários do Tribunal eleitoral, 15 funcionários do Banco do Brasil, 3 fiscais de renda, três delegados de polícia, 8 diretores de hospitais públicos, entre outros postos públicos.

2.4 Os laços de parentesco e as condições de exercícios do poder político

O mais importante a considerar é o fato de que estas estratégias matrimoniais deram nascimento a um tipo de político muito particular a Minas Gerais, que se tornou muito cedo político a tempo integral, um profissional praticando a atividade política de maneira contínua. Ele possui um nome fácil de ser identificado no campo político, sem possuir laços econômicos diretos com a produção rural. Entretanto, estando ligado à região rural por meio de alianças com os proprietários que constituíam a elite local, passou a desempenhar dois papéis decisivos: o de mediador e o de protetor. O de mediador entre a municipalidade, o governo estadual e o governo federal é o mais importante. É esta mediação que consolida, eleição após eleição, o poder dessas linhagens políticas: desses políticos que acumularam poder junto ao aparelho de estado, os eleitores esperam uma melhor distribuição dos recursos públicos para a localidade onde vivem. Tais recursos podem ser tanto materiais (proteção policial, saúde, emprego, subsídios para as obras urbanas e rurais, etc.) quanto simbólicos (defesa da honra de uma facção política, por exemplo).

A tarefa de mediador entre o Estado e o setor produtivo já era exercida desde o Império, mas a de proteção foi reforçada a partir de 1946. Foi o momento no qual, paradoxalmente, os partidos políticos se tornaram mais importantes no jogo da sucessão e no qual o contingente da parentela empregada na burocracia do Estado se elevou. Um crescimento advindo da necessidade de competência técnica imposta pelo desenvol-

vimentismo nos anos 50 e pela tecnocracia dos anos 70, Considerando o quadro que se segue, pode-se compreender que as escolhas dos estudos realizados pelos membros dessa família em estudo repousava nas necessidades políticas do momento: direito durante o período de construção do Estado, engenharia durante o desenvolvimentismo, economia e informática como preparação para a tecnocracia dos anos 70.

Quadro 3

Estudos superiores da descendência de Balbina Honória.*

	Terceira	Quarta	GERAÇÃO		Total
			Quinta	Sexta	
Direito	4	11	16	33	64
Medicina	1	3	11	14	29
Engenharia	1	1	19	55	76
Economia/administração	0	0	3	8	11
Informática	0	0	1	6	7
Outros	0	0	21	52	73
Sem especificação	21	57	148	550	776
Total	27	72	219	716	1036

Até 1970, quando a genealogia foi publicada. Na genealogia não tem especificado a formação escolar como foram colocados os títulos. A linha "sem especificação" inclui crianças e mulheres. Os estudos destes não interessam ao genealogista.

A partir dos anos 70, a urbanização acelerada e o crescimento das demandas por serviço e equipamentos sociais aumentaram a importância desses grupos familiares. Eles passaram a se valer dos bens e dos conhecimentos tecnológicos adquiridos no serviço público para se manter no mercado político.

As mudanças impostas pelo regime autoritário (1964-1985) consolidaram a hegemonia financeira da União que, responsável pelo surgimento de programas especiais para municípios, fez proliferar as agências responsáveis por esses programas e pelas transferências de recursos. A luta no campo ad-

ministrativo passou a exigir negociação e poder de barganha de agentes políticos específicos, capazes de levar adiante não só planejamentos urbanos, como colocá-los diretamente no interior das agências burocráticas estatais de financiamento. A rede familiar existente nessas agências tornou os políticos dessas famílias indispensáveis à população (CANEDO, 1991).

3 A genealogia como objeto político

Quando um genealogista traça os casamentos, ele cria uma realidade social visando legitimar uma descendência susceptível

de assegurar a continuidade e a coesão de muitas gerações submetidas a um mesmo trabalho de socialização dentro de um universo organizado em torno da divisão em famílias. Para tal, o genealogista filtra os elementos da experiência coletiva que um grupo familiar determinado procura lembrar e quer ver lembrado e os transforma em símbolos. Estes símbolos equivalem às experiências sociais percebidas como importantes. São experiências que devem ser transmitidas por meio de exemplos concretos e que têm o poder de reunir pessoas a partir de uma mesma visão do mundo, marcando uma determinada identidade. Isto se torna possível porque o genealogista só celebra o que já foi reconhecido na prática.

Para o caso da genealogia estudada, o desejo das pessoas em deixar traços foi proporcional ao poder de barganha detido pelos agentes desses grupos políticos, medidos em função de sua coesão interna.

3.1 As mulheres como trunfos na construção genealógica

Uma das práticas mais significativas encontradas no estudo destas famílias ordenadas por Alves Pequeno foi o uso do nome do marquês de Paraná para lembrar o lugar a ser ocupado na sociedade. Este nome serve também de identificação aos políticos do ramo Canêdo, denominados por Rebelo Horta “sobrinhos do marquês de Paraná” (HORTA, 1956). Mas é uma entrevista com uma Canêdo, nascida em 1937, que esclarece a utilização desta imagem do passado para acumulação do capital político por meio do casamento:

Em Barbacena, eu sempre ouvia de minhas primas que deveria tomar cuidado para não me diminuir frente aos meus namorados, porque afinal eu era sobrinha do marquês de Paraná. E o

doutor Galdino (casado com a prima da entrevistada) quando escutava isto dizia: “Bah! Ser sobrinha de marquês não enche barriga de ninguém”. (DESCENDENTE, 1988)

Testemunhos de outras mulheres incorporadas à genealogia demonstram os efeitos da estratégia de casamento no jogo familiar onde elas são utilizadas como trunfos para a acumulação do poder político. Elas revelam uma vida oculta, introvertida, avaliada pelos poderes daqueles que regem os casamentos, as mortes, as leis. Paradoxalmente, manifestam ser dotadas de força para agir no mundo exterior: seja conservando a ordem, graças aos casamentos esperados ou a aceitação do celibato; seja contestando a ordem, ao recusar os casamentos esperados ou mesmo preferindo a morte. É o que conta D. Isabel Novaes, uma bisneta de Balbina:

Minha prima gostava de um farmacêutico. Mas como ele era muito moreno, seu pai impediu o noivado. Ela se chamava Ernestina e era muito bonita, [ela mostra o nome no livro onde está escrito que a moça morreu solteira] ela dizia que se suicidaria se seu pai não a deixasse se casar com o farmacêutico. Ela acabou se suicidando, pois tinha longos cabelos que atingiam os pés. Todas as tardes ela os lavava e dormia com eles molhados. Ela teve tuberculose e morreu. (NOVAES, 1989).

Sob este ponto de vista, não é estranha a constatação da exclusão de todo o tipo de informação que possa perturbar a construção da realidade social proposta pelo genealogista, que a ordenou em torno dos grandes nomes masculinos. No que concerne às mulheres, esta realidade coincide com o tipo de educação que lhes era inculcada. Desde Balbina, pode-se perceber, pela letra e o estilo da escrita, que todas elas tiveram um bom nível de instrução. D. Isabel Novaes, sem re-

curso para pagar professores particulares, conta que assistia o curso de francês de suas primas. Os estudos realizados nas prestigiosas escolas religiosas, sob a supervisão severa dos pais (“É preciso que minhas filhas sejam instruídas, para o bem delas e orgulho meu”, escreveu Afonso Pena à sua mulher Mariquinhas, neta de Balbina), não lhes oferecia nenhuma preparação para vida rural, tornando claro o desejo de lhes preservar um estilo de vida capaz de incorporar valores urbanos e um bom casamento na alta esfera do Estado.

Assim torna-se compreensível o fato de que o sentimento de pertencimento à família estava sempre associado a um lugar (Barbacena, Muriaé, Santa Bárbara ou Paraíba do Sul) e ao reconhecimento dos políticos da região. Era um sentimento que não se ligava à preservação do patrimônio fundiário, como foi expresso na resposta de uma delas à pergunta da entrevistadora:

As terras de Paraíba do Sul? Não sei nada a este respeito. Minha mãe queria viver no Rio de Janeiro. Ela abandonou as terras. Não sei o que elas se tornaram. Mas eu tinha o costume de passar minhas férias na casa de meu avô, na fazenda de Paraíba. Os Canêdo são de Muriaé, não é? Quando eu era pequena, conheci dois que vinham também à fazenda durante as férias, com a Yayá, a que tocava harpa. (RIBAS, 1988).

Junto com as narrativas e as fotos de viagem, que mostram e falam de mundos no-

vos, valoriza-se a vida familiar fechada aos estranhos à família. Dessa maneira, elas eram protegidas de laços com pessoas situadas fora dos limites dos interesses familiares, ou de alguma união com alguém que manifestasse uma vida “muito livre”.⁹

A impossibilidade de um casamento dentro do esperado - e isto era frequente nos grupos familiares que sofriam perdas econômicas ou queda de prestígio social - implicava para a mulher, conforme escreve uma delas, “o retorno a Muriaé, onde residiu durante sua mocidade e até hoje na casa de seus Pais. Com o falecimento dos seus Pais, continuou convivendo com sua irmã Maria Isabel na mesma residência à Rua Dr. Alves Pequeno”.¹⁰ A estas tantas solteiras, impedidas de se casar “para baixo” ou “para a liberdade”, para não dilapidar o capital político familiar, cabia a dura incumbência de preservar dentro da “casa antiga”, que conheceu mortes e nascimentos, a memória familiar, o lugar da transmissão do sentimento de possuir um nome e garantir a união entre as gerações (FONSECA, 1989). Cabia a elas “cumprir seu dever”. Evitar o que muitas primas fizeram: escolher “um marido inadequado” e desaparecer para seus familiares. Em outras palavras, desaparecer da genealogia porque as uniões reconhecidas pelo genealogista são aquelas recolhidas pelos membros da parentela e a família prefere não se lembrar das “más alianças”. No caso das solteiras, elas realizam um sacrifício que não as eternizam além do “li-

9. Uma das bisnetas de Balbina, Eunice Pena, se serviu desta expressão (ver PENA, 1989). Solteira, ela se lembrava de sua atração por Pedro Nava, nos anos 20 e de porque um namoro não foi possível entre eles. O próprio Pedro Nava conta esta atração por ela num de seus livros de memória, *Galo das Trevas*, (ver NAVA, 1987, p. 420).

10. Extrato da resposta de um questionário enviado a algumas das mulheres da genealogia que tinham ultrapassado 80 anos. Esta resposta é interessante porque está escrita na terceira pessoa e a palavra Pais começa sempre com uma maiúscula.

vro da família”. Sem descendência elas não são mais úteis após a morte.

Assim, o genealogista se limita a construir a identidade feminina a partir dos interesses dos homens políticos da família. As mulheres da genealogia não são quaisquer mulheres, mas mulheres dispostas a participar da gestão para a acumulação e a transmissão dos diversos capitais (social, escolar, simbólico político, etc.), necessários ao sucesso dos indivíduos selecionados pela família para entrar na via da profissionalização política. O papel ativo desempenhado por elas através de tantos “café servidos, telegramas enviados, mudanças de residência”, como escreveu Alice Canêdo, esposa do deputado Agenor Canêdo, não é valorizado.¹¹ Ou ainda através de um afastamento afetivo dos filhos e do marido, a fim de realizar as tarefas necessárias à atividade política de hoje:

A Consola [esposa de um Secretário de Minas Gerais] até aceitou o cargo de Secretária Municipal [Secretaria da Cultura e de Esportes de Muriaé]. Ela não queria este cargo, pois seria preciso deixar o Titi [seu marido] sozinho em Belo Horizonte. Mas as eleições estão chegando. Ela disse que, nesta secretaria, vai poder promover eventos e organizar melhor a campanha, pois não confia nas agências de propaganda. Ela diz que as agências não conhecem o sentimento dos eleitores, o que dá muito trabalho. O Titi não pode se afastar de Belo Horizonte para fazer campanha. Ela disse que o sistema de saúde que ele está implantando está funcionando bem, e ele está com muito trabalho [...]. O problema são os meninos, é por isso que ela não queria aceitar. Mas eles disseram que vão ajudar. (CANÊDO, 1997).

Este papel ativo das mulheres está subentendido numa das sínteses biográficas existentes no fim da genealogia que traz a carta de um ex-senador da República à sua sobrinha, explicitando tal papel em alguns conselhos:

A primeira qualidade de uma mulher, aquela que poderia dispensar muitas outras, aquela sem a qual todas as outras não valem nada é a brandura de gênio, a suavidade das maneiras, a delicadeza de tato, o bom humor constante, ainda mesmo no meio de atribulações, um sorriso permanente, que concilia afeições e faz amigos. (...) Parece à primeira vista que estes conselhos dão à mulher um papel muito humilde no casal. Seja como for, a verdade é que eles lhe dão a felicidade, e a troca deste benefício ela pode fazer algumas concessões de seu amor próprio.

Mas nem estas se fazem; porque a mulher, que assim proceder, em vez de rebaixar-se se eleva e cresce na estima e consideração de seu marido e no respeito de todo o mundo. (PEQUENO, p.258).

3.2 Os descendentes úteis numa relação estratégica com o passado

Progressivamente as descendências inúteis à acumulação do capital político, inclusive a dos homens, são excluídas, como é o caso do filho de D. Isabel Novaes. Sobre esta exclusão e sua relação com os primos célebres, ele respondeu que não freqüentava tais parentes: “Quando se aproxima de um parente importante, ele já pensa que estamos querendo lhe pedir alguma coisa”.

Havendo tais exclusões, como tantos talentos masculinos puderam ser intro-

11. Fragmento de uma carta de Alice Canêdo a Afonso Pena Júnior. Muriaé, 12/11/1922. (Carta f 127 do arquivo de Afonso Pena Júnior, Fundação Casa de Rui Barbosa).

duzidos na linhagem familiar? A resposta pode ser dada por meio dos casamentos realizados numa relação estratégica com o passado, que pode ser vista no traçado vertical da genealogia. Neste traçado, o passado está presente no futuro que as alianças realizadas estão construindo. Estas últimas são fatores decisivos para a acumulação de todo o capital que os indivíduos em questão precisam para permanecer membro da família.

Dentro desta ideia, outro genealogista - Antônio Carlos de Valadares - evidencia a importância do casamento do presidente Afonso Pena com uma “sobrinha do marquês do Paraná”. Isto explicaria o impulso dado à sua carreira política, quando ele era um modesto advogado do interior. Depois do casamento, sem que houvesse mudança de regime - monarquia depois república - ele ocupou vários cargos prestigiosos: ministro do Império, conselheiro do Império, presidente de Minas Gerais, presidente da República, e outros mais:

[Afonso Pena] doutorou-se [na Faculdade de Direito de São Paulo], mas não seguiu o magistério universitário, indo modestamente advogar para Santa Bárbara, sua cidade natal.

Mais tarde transferiu o seu escritório forense para a urbe mineira de Barbacena, aonde desposou a 23 de janeiro de 1875, Dona Maria Guilhermina de Oliveira Pena, filha do comendador João Fernandes de Oliveira Pena e sobrinha do marquês de Paraná, “político muito influente no tempo do Império”, conforme o nosso próprio biografado escreveu na sua já citada carta autografada que pos-suo. (VALADARES, 1978, p. 71)

Outros homens introduzidos na genealogia graças a casamentos com descendentes de Balbina Honória também contribuí-

ram para transformar a construção genealógica em capital ao mesmo tempo social e simbólico. Entre eles, temos Benedito Valadares. Morreu em 1978. Era conhecido como o homem de Getúlio Vargas em Minas, durante o Estado Novo (1937 -1945). Apelidado de “a grande raposa mineira”, foi presidente do poderoso PSD na década de cinquenta e sempre fez parte da direção nacional deste partido, até a extinção do sistema pluripartidário em 1965. Pio Canêdo, bisneto de Balbina, ele mesmo homem político influente em Minas, argumenta que a ascensão de Benedito Valadares se deve a seu casamento com uma bisneta de Balbina Honória. Odete, a esposa de Benedito, tinha uma irmã casada com sobrinho de Getúlio Vargas, Ernesto Dorneles - chefe da polícia de Minas, depois do golpe de 1930. Antes do casamento, Valadares era desconhecido. Como escolhido de Getúlio, garantiu o sucesso dos projetos do Estado Novo em Minas, que estava politicamente dividida entre as antigas oligarquias.

O lançamento do Benedito como interventor não foi bem recebido, quer pela circunstância de ele não ser da primeira linha política de Minas, quer pelo fato de ser relativamente desconhecido à época, quer porque tomou o, lugar que se supunha ser do Capanema. (...) Todos nós achávamos que o Capanema, apesar de muito moço, deveria suceder ao Olegário. Daí porque o Benedito teve grandes dificuldades em governar Minas, no início de sua interventoria. Na verdade, a escolha do Benedito se deu por razões familiares. A sua mulher, dona Odete, que era da família Maldonado de Barbacena, tinha uma irmã casada com Ernesto Dorneles, que era primo do Getúlio, e que depois ocupou cargos importantes aqui em Minas. O Ovídio de Abreu costumava dizer que a política mineira era feita por laços de família. O Carlos Luz deu todo o apoio ao Milton Campos, em 1947, porque foi

casado, em primeiras núpcias, com uma de dona Déia, mulher do Milton. O Tancredo tinha uma tia que foi casada com um irmão do Ernesto Dorneles. O Zezinho Bonifácio e o Bias Fortes eram concunhados, assim como o Juscelino e o Gabriel Passos. (VAZ, 1996, p. 181).

Quando o entrevistado cita as alianças matrimoniais, ele decifra a união do mundo político com o mundo social, mas também permite uma reflexão sobre uma gestão familiar suficientemente eficaz para permitir que seus membros resistam às idas e vindas da vida política e também às mudanças no jogo político. Pois não é surpreendente que todas as pessoas citadas tenham conquistado os cargos mais altos da República e tenham podido transmiti-los a seus descendentes ou a seus afilhados. E eles o fizeram dentro dos mais diferentes partidos políticos.¹²

Pio Canêdo, sublinha, ainda, na sua escolha para líder do PSD na Câmara, em 1955, o fato de se tratar de seu primeiro mandato como deputado, e de ele estar ausente da reunião que o designou líder (VAZ, 1996, p.181). Depois do golpe de Estado de 1964, ele foi eleito, pela oposição ao governo militar, para o cargo de vice-governador junto a Israel Pinheiro, governador, também herdeiro de tradicional família política. Eles foram considerados confiáveis. Minas foi o único estado que elegeu opositores ao regime militar. Isto foi visto como resultado do constrangimento imposto pelas “raposas mineiras” aos projetos de estabilização econômica e desenvolvimen-

to dos governos militares que herdaram o padrão de mediação entre o Estado e a sociedade desenvolvido por elas e dele necessitaram como suporte ordenado da política, em especial para as eleições simbólicas do período (HAGOPIAN, 1996). Entretanto não se vêem aí as mulheres obscuras que se engajaram para gerar o capital técnico, político e social necessário à impulsão destas carreiras, contribuindo para que fossem fiáveis nos momentos de reestruturação do espaço político.

Assim, a escrita genealógica, ou seja, a prova escrita de um capital acumulado por gerações, legitima o poder da família nas atividades políticas. Para os agentes interessados, ela se transforma num importante trunfo do jogo político; inscreve a família numa continuidade e marca, desta maneira, a solidez de seu poder social e político, seu domínio do tempo e sua capacidade de adaptação.

12. Carlos Luz, PSD; Milton Campos, UDN; Tancredo Neves, PSD, MDB, PMDB; Zequinha Bonifácio, UDN (a família Bonifácio de Andrada no Império pertencia ao Partido Liberal); Juscelino Kubitschek, PSD; Gabriel Passos, UDN.

NOTA SOBRE A AUTORA

Letícia Bicalho Canêdo é graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com mestrado em História Econômica pela Universidade de São Paulo e doutorado em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. É professora titular na Faculdade de Educação, UNICAMP.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel (Coord.). *Dicionário histórico biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; FGV-CPDOC, 1984. v. 4.
- ARRUDA, Maria Arminda. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ASSEMBLÉIA Legislativa de Minas Gerais. *Pio Soares Canêdo*. Belo Horizonte: ALMG, 1996. (Coleção Memória Política de Minas).
- BARBOSA, Assis. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- BASTOS, Tavares. *A Província*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- BLASENHEIN, Peter L. *A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brasil: 1870-1906*. 1982. Tese (Doutorado em História da América Latina) - Stanford University, Stanford, 1982.
- BRIOSCHI, Lucila. *Família e genealogia: quatro gerações de uma grande família do sudeste brasileiro (1750-1850)*. 1985. 271 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- CAMARGO, Aspásia et al. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; CPDOC/FGV; UFF, 1986.
- CANÊDO, A. Depoimento [23 de dezembro, 1988]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- CANÊDO, Alice. [Carta]. 12 nov. 1922, [s.l.] [para] Afonso Pena Júnior, [s.l.]. Cotidiano.
- CANÊDO, C. [Carta]. 17 jan. 1997, Rio de Janeiro [para] sobrinha, Paris. Notícias sobre a política local.
- CANÊDO, Letícia. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien. *Genèses*, n. 31, jun. 1998.
- _____. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: CANÊDO, Letícia (Org.). *O sufrágio universal*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- _____. Estratégias familiares na construção social de uma qualificação política. *Educação e Sociedade*, ano 7, ago. 1991.
- CANÊDO, P. Depoimento [20 de julho, 1986a]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, jul./ dez. 1977.
- DESCENDENTE de Balbina, nascida em 1937. Depoimento [3 de julho de 1988]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- DUTRA, Eugênio Klein. Depoimento [20 de julho, 1986]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- FONSECA, Cláudia. Solteironas de fino trato: reflexões em torno do (não) casamento entre pequenos burgueses no início do século. *Revista Brasileira de História*, v. 9, 1989.
- HAGOPYAN, Frances. *Traditional politics and regime change in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1960. v. 1.
- HORTA, Rebelo Cid. Famílias governamentais em Minas Gerais. *SEMINÁRIO DE ESTUDOS*

- MINEIROS, 2. 1956, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 1956.
- IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- KUZNESOF, Elizabeth. A Família na sociedade brasileira; parentesco, clientelismo e estrutura social - 1700-1890. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 17, 1988.
- LINHARES, Maria Yeda. *História do abastecimento, uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979
- MARTINS FILHO, Amílcar Viana. *The White Color Republic: patronage and interest representation in Minas Gerais (1889-1930)*. 1986. Tese (Doutorado em História). - University of Illinois, Illinois, 1986.
- MARTINS, Roberto. *Growing in Silence*. Nashville: Vanderbilt University, 1984.
- MASSENA, N. *Barbacena, a terra e o homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
- MONTEIRO, Norma de Goes (Coord.). *Dicionário biográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. v. 2.
- NAVA, Pedro. *Galo das Trevas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- NEVES, Diogo Gualhardo. *Associação Comercial do Maranhão recrutamento e atuação política da liderança empresarial (1880/1940)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- NOVAES, Isabel. Depoimento [3 de fevereiro, 1989]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- PENA, Eunice. Depoimento [3 de fevereiro, 1989]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- PEQUENO, Waldemar Alves. *Raízes Mineiras e Cearenses*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1970.
- Peregalli, Henrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- POURCHER, Yves. *Les notables de Lozère: du XVIII siècle à nos jours*. Paris: Olivier Orban, 1987.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 1982.
- RIBAS, Dulce Pena. Depoimento [7 de abril, 1988]. [s.l.]. Entrevista concedida a Letícia Canêdo.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- SILVA, Vera Alice Cardoso; DELGADO, Lucila de Almeida Neves. *Tancredo Neves: A trajetória de um liberal*. Petrópolis: Vozes; Belo Horizonte: UFMG, 1985.
- VALADARES, Antonio Carlos de. A ascendência portuguesa do presidente Afonso Penna. *Revista do Instituto histórico e geográfico*, Rio de Janeiro, 1978.
- VAZ, Alisson Mascarenhas. *Israel, uma vida para a história*. Rio de Janeiro: Cia.Vale do Rio Doce, 1996.
- VIOTTI, Emilia. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. *Da Monarquia a Republica*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- WIRTH, John. *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford: Stanford University Press, 1977.

Recebido em: 25.03.11

Aprovado em: 08.06.11

